

Coronel Fabriciano, 12 de dezembro de 2024.

A

Prefeitura Municipal de Sumidouro / Rio de Janeiro

A/C Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Impugnação INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - PREGÃO ELETRÔNICO - PE 020/2025

A empresa **LAGE & LAGE AUDITORES E CONSULTORES ASSOCIADOS – EPP**, sito na Av. Magalhães Pinto, 1529, conjunto de salas, Coronel Fabriciano/MG, inscrita no CNPJ sob No. 00.205.753/0001-33, representada neste ato pela sua sócia-diretora Mauricéia Virgínia de Moraes Lage, brasileira, casada, contadora e administradora, vem respeitosamente apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao edital de licitação do **PREGÃO ELETRÔNICO 020/2025**, cujo objeto é:

Objeto: Refere-se à “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA, COM FOCO ÚNICO E EXCLUSIVO SOBRE OS ASPECTOS RELACIONADOS AOS BENS PATRIMONIAIS E BENS DE CONSUMO EM ALMOXARIFADO”, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

DOS FATOS

O Municipal de Sumidouro / RJ se faz realizar processo de licitação PE 020/2025, com as seguintes datas previstas:

DATAS E HORÁRIOS

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 14/05/2025 às 08:59 (oito horas e cinquenta e nove minutos).

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 14/05/2025 às 09:00 (nove horas).

Consta no preambulo do edital que este pregão é regulamentado pelas seguintes leis:

Este pregão é amparado pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pelos Decretos Municipais nº 3575, de 26 de abril de 2021 e nº 3897, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e nº 147 de 07 de agosto de 2014.

Obstante, a Lei 14.133/2021 que regulamenta o processo licitatório tem a seguinte redação:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

*II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;***(Grifos nossos)**

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

A Lei determina que poderá haver a exigência do profissional na habilitação técnica, no entanto o objeto em questão é de atividades inerentes única e exclusiva do profissional CONTADOR e não do ADVOGADO como está exigindo na qualificação técnica.

O edital consta na exigência da qualificação técnica a seguinte redação:

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.3.10 Comprovação de capacidade técnico-operacional, mediante:

- a. Certidão de Regularidade Cadastral do licitante no **Conselho Regional de Contabilidade (CRC)**;*
- b. Certidão de Regularidade Cadastral do licitante na **Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**;*

No que tange a exigência do registro do licitante na OAB, fere completamente a legislação vigente visto que para realização atividades inerentes ao objeto em questão, deve-se exigir apenas o registro no CRC.

A RESOLUÇÃO do CFC N.º 1.640, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021, Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o Art. 25 do Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946 com a seguinte redação>

...

Art. 3º São atribuições privativas dos profissionais da contabilidade:

...

XXII – auditoria externa independente;

Tal exigência cerceia a participação de empresas competentes e qualificadas tecnicamente no mercado para cumprimento do objeto.

Assim, exigir a inscrição do licitante na OAB restringirá o caráter competitivo da licitação, sendo vedado aos agentes públicos conforme a Lei 14.133/2021:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;*
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;*

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;(Grifos nossos)

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

Desta forma, concluímos que a exigência de registro do licitante na OAB é um ato imposto pelo agente de licitação que é ilegal e em desacordo com o objeto.

A manutenção de tal exigência impede a participação e melhor vantagem competitiva para a própria instituição limitando o número de licitantes.

DO DIREITO E DOS PEDIDOS

Diante do exposto, solicitamos que o pedido de retirada de tal exigência, do registro do licitante na OAB seja feito imediatamente, com retificação do edital.

A impugnante que se apresenta, dentro do que se expressa no edital e na Lei, roga pela tempestividade da impugnação, visto que a data da realização do processo será dia 14/05/2025.

Que se suspenda os feitos de continuidade do processo licitatório, que se retifique o edital, adequando-o aos ditames legais, abertura de novos prazos, conforme se expressa na própria lei.

Atenciosamente,

LAGE & LAGE AUDITORES E CONSULTORES ASSOCIADOS

Mauricéia Virgínia de Moraes Lage

Diretora

